

# Um muro sobre o Brasil

9 NOV 1991

Josemar Dantas

P 6

Ensinava o lírico Anatole France em "As opiniões de Jérônimo Coignart" que um raciocínio repetido à exaustão tende a converter-se em irresistível verdade, muitas vezes, embora, não passe de simples embuste. A queda do muro de Berlim, exaltada *ubi et orbi* como marco de uma nova era de paz e prosperidade para o mundo, é uma dessas formas patológicas da psicologia coletiva. Sem dúvida o muro desabou sobre os países periféricos, o Brasil à frente, antes mesmo de soterrar o conflito ideológico Leste-Oeste.

A conversão das nações socialistas às práticas democráticas e aos sistemas de mercado estabeleceu espécie de unipolaridade política em muitas hipóteses nociva, se bem haja arredado de cena um confronto apocalíptico via artefatos nucleares. Criou-se um campo único de força política dentro do qual pontificam os Estados Unidos como potência hegemônica, incomparável arsenal econômico e bélico convecido de seu dever de custodiar o mundo. Dentro dos espaços onde agora se exercem as relações de poder, o Brasil e as nações emergentes ou subdesenvolvidas obviamente não dispõem de influência alguma. E, assim, ficam à mercê das decisões norte-americanas e dos parceiros admitidos à mesa farta e desconcertantemente indiferente dos Sete Grandes.

Antes, o bloco democrático, principalmente os EUA, necessitava de arregimentar aliados para a estratégia de enfrentamento proposta pela guerra fria. O interesse político aí assentado favorecia o atendimento de algumas justas, minúsculas, é verdade, aspirações dos países endividados e empobrecidos. Um voto solidário na Assembléia Geral das Nações Unidas poderia render o acesso a certas migalhas

caídas ao chão do banquete pantagruélico das sociedades industrializadas. Agora, a unipolaridade regulou a balança política em favor das potências econômicas. Não será necessário nenhum contrapeso para fazê-la pender na linha de semelhantes interesses.

No Brasil, a interpretação equívoca da realidade contemporânea enseja a tomada de decisões paradoxais. Por princípio, coloca-se a economia interna sob os riscos, a um só tempo, de exacerbado liberalismo e de intervenções típicas dos sistemas socializados de planejamento central.

Com a primeira hipótese, busca-se esbarrancar o mercado interno à penetração da iniciativa e dos investimentos externos, como se os pressupostos de vontade e interesse fossem superiores ou, pelo menos, iguais aos existentes antes do desabamento do muro de Berlim. Enquanto isso, os fortins mercantilistas erguidos nas alfândegas das sociedades industrializadas transformam-se em baluartes intransponíveis ao acesso das exportações do Terceiro Mundo. Com a segunda hipótese, estrangula-se o sistema econômico por meio de estúpidas políticas intervencionistas, como se estas pudessem sanear as contas públicas e estabelecer dique confiável contra a maré montante da inflação. Um exemplo disso é a atual proposta de ajuste fiscal, que reduz os ganhos dos produtores e consumidores qualificados da sociedade — a classe média — e aumenta os encargos das empresas. Os resultados serão, inevitavelmente, a queda da produção, por escassez de consumo, e elevação das taxas inflacionárias, pela transposição aos preços dos novos encargos financeiros exigidos das empresas. E a contração da atividade econômica diminuirá, ainda mais, as receitas tributárias. Anula-se o efeito da proposta e agrava-se a situação do País.

CORRÍO BRASILEIRO